Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Prêmios auferidos

Os prêmios emitidos líquidos da Companhia totalizaram no exercício de 2011 R$ 1.069,5 milhões, aumento de R$ 77,6 milhões ou 7,8% em relação aos R$ 991,9 milhões no exercício de 2010.

Investimentos

A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 6,2 milhões em 2011. Do total investido, principalmente, R$ 4,6 milhões foram destinados a equipamentos de rastreamento de veículos, e R$ 1,6 milhão foi destinado a equipamentos, sistemas de informática e outros investimentos.

Despesas administrativas e com tributos

As despesas administrativas totalizaram em 2011 R$ 82,0 milhões, com um aumento de R$ 14,9 milhões ou 22,2% sobre o montante de R$ 67,1 milhões em 2010. Apesar deste aumento, a relação despesas administrativas sobre prêmios ganhos representou 7,8%, a mesma relação percentual verificada em 2010.

As despesas com tributos totalizaram em 2011 R$ 25,4 milhões, com um aumento de R$ 8,3 milhões ou 48,5% sobre o montante de R$ 17,1 milhões em 2010.

Resultado financeiro

As receitas financeiras totalizaram em 2011 R$ 129,6 milhões, com um aumento de R$ 29,0 milhões, ou 28,8% em relação aos R$ 100,6 milhões em 2010 devido a: as receitas com aplicações financeiras totalizaram em 2011 R$ 75,2 milhões com um aumento de R$ 23,9 milhões, ou 46,5% em relação aos R$ 51,3 milhões em 2010, que decorre do aumento da taxa efetiva para 11,81% em 2011 em relação aos 9,89% em 2010 e pelo aumento de 21,8% nas aplicações financeiras médias para R$ 664,9 milhões em 2011, em relação aos R$ 545,6 milhões em 2010.

As despesas financeiras totalizaram em 2011 R$ 7,3 milhões com um aumento de R$ 2,1 milhões, ou 40,3% em relação aos R$ 5,2 milhões em 2010.

Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, custo de aquisição, despesas administrativas e despesas com tributos, sobre prêmios ganhos), em 2011 foi de 108,1%, aumento de 8,8 pontos percentuais em relação aos 99,3% do ano anterior. Este aumento decorre, principalmente, do aumento de 8,3 pontos percentuais no índice de sinistralidade para 77,8% em 2011, em relação aos 69,5% do ano anterior, do aumento de 0,4 pontos percentual nas despesas com tributos, elevando o índice de despesas administrativas e com tributos para 10,2% em 2011, em relação aos 9,8% do ano anterior, e do aumento de 0,2 pontos percentual no índice de custo de aquisição, para 20,2% em 2011, em relação aos 20,0% do ano anterior.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2011 foi de 96,5%, aumento de 8,2 pontos percentuais em relação aos 88,3% do ano anterior.

Lucro líquido

O lucro líquido do exercício totalizou em 2011 R$ 59,8 milhões, registrando uma redução de 31,3% sobre R$ 87,1 milhões obtidos em 2010.

O lucro por ação foi de R$ 3,32 em 2011, com redução de 31,5% sobre R$ 4,85 em 2010.

Distribuição de dividendos

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

Perspectivas

O ano de 2011 foi marcado por incertezas no cenário internacional, em especial na economia européia, que não prevê uma recuperação no curto prazo, resultando numa contração acentuada do Produto Interno Bruto (PIB) da região no início de 2012. Nos EUA, os sinais que sugeriam uma retomada mais vigorosa da atividade ao longo do 2º e 3º trimestres de 2011 não têm se sustentado neste final de ano. Além dos problemas internos, as incertezas decorrentes da crise européia deprimem a confiança de indivíduos e empresas, afetando negativamente o potencial de crescimento do consumo e dos investimentos. Com isso, a perspectiva para 2012 é de crescimento ainda abaixo do potencial para a economia norte-americana, estimado ao redor de 2,5%. Oscilações ao longo dos próximos trimestres, ora sugerindo maior vigor, ora indicando menor tração da economia, devem marcar o próximo ano nos EUA.

A crise internacional, combinada à estabilidade econômica interna, tem levado muito a considerar o Brasil como o país das oportunidades. O PIB do 4T11 deverá registrar um crescimento de 0,2%, apresentando uma leve recuperação em relação ao número observado no trimestre anterior. Com isso, estima-se em 2,7% o crescimento do PIB anual em 2011, sendo que o crescimento acumulado nos três primeiros trimestres foi de 3,2% quando comparado ao mesmo período de 2010.

Reiteramos a estratégia: (i) atenção da Companhia na subscrição, na gestão dos riscos e nas oportunidades; (ii) manter os esforços concentrados na modernização de processos operacionais e de gestão; (iii) fortalecimento do relacionamento com os corretores e (iv) permanente busca de inovações tecnológicas, que alteram a todo instante as formas de relacionamentos com clientes, corretores, investidores, governos e comunidade em geral.

Portanto, a Companhia dará continuidade à busca de crescimento com lucratividade, mantendo subscrições conservadoras por meio de linhas de produto lucrativas em áreas geográficas favoráveis, mantendo os investimentos e a qualificação dos processos de atendimentos a corretores e clientes e a gestão de custos administrativos.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP e ao IRB - Brasil Resseguros S.A.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2012.

A Administração

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Azul Companhia de Seguros Gerais

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Azul Companhia de Seguros Gerais e sua controlada ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Azul Companhia de Seguros Gerais e sua controlada em 31 de dezembro de 2011 , o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB".

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Seguradora. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2012.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Azul Companhia de Seguros Gerais

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
Ativo	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Circulante	1.138.931	1.046.396	808.890	1.139.685	1.047.159	809.623
Disponível	6.515	4.969	5.773	6.541	4.985	5.797
Caixa e bancos (Nota 5)	6.515	4.969	5.773	6.541	4.985	5.797
Equivalentes de caixa (Nota 5)	182.011	104.679	115.748	182.011	104.679	115.748
Aplicações (Nota 6)	506.425	476.853	369.414	507.138	477.583	370.122
Créditos das operações com seguros e resseguros	273.976	285.817	198.383	273.976	285.817	198.383
Prêmios a receber (Nota 7)	257.860	268.855	187.398	257.860	268.855	187.398
Operações com seguradoras	11	6	8	11	6	8
Operações com resseguradoras	502	476	68	502	476	68
Outros créditos operacionais	15.603	16.480	10.909	15.603	16.480	10.909
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.298	4.405	4.569	1.298	4.405	4.569
Títulos e créditos a receber	36.551	56.157	31.252	36.566	56.174	31.253
Títulos e créditos a receber (Nota 8.1)	389	937	697	389	937	697
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8.2)	35.794	54.800	30.150	35.809	54.817	30.151
Outros créditos (Nota 8.4)	368	420	405	368	420	405
Outros valores e bens (Nota 9)	36.186	21.666	16.426	36.186	21.666	16.426
Bens à venda	36.108	21.037	16.186	36.108	21.037	16.186
Outros valores	78	629	240	78	629	240
Despesas antecipadas	671	559	516	671	559	516
Custos de aquisição diferidos (Nota 10)	95.298	91.291	66.809	95.298	91.291	66.809
Seguros	95.298	91.291	66.809	95.298	91.291	66.809
Não circulante	158.420	185.329	131.539	84.678	116.026	65.096
Realizável a longo prazo	118.026	141.972	96.193	45.029	73.416	30.463
Aplicações (Nota 6)		29.461			29.461	
Títulos e créditos a receber	117.971	112.511	96.193	44.974	43.955	30.463
Títulos e créditos a receber (Nota 8.1)	209	213	2.369	209	213	2.369
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8.2)	32.990	31.309	21.826	32.500	30.771	21.431
Depósitos judiciais (Nota 8.3)	83.438	79.663	70.898	10.931	11.645	5.563
Outros créditos operacionais (Nota 8.4)	1.334	1.326	1.100	1.334	1.326	1.100
Despesas antecipadas	55			55		
Investimentos	10.851	10.985	11.138	10.106	10.238	10.425
Participações societárias (Nota 11)	1.970	1.975	2.169	1.225	1.228	1.456
Imóveis destinados à renda (Nota 12)	8.881	9.010	8.969	8.881	9.010	8.969
Imobilizado (Nota 13)	28.986	31.772	23.543	28.986	31.772	23.543
Imóveis de uso próprio	15.758	8.326	4.663	15.758	8.326	4.663
Bens móveis	12.455	22.627	17.769	12.455	22.627	17.769
Outras imobilizações	773	819	1.111	773	819	1.111
Intangível (Nota 14)	557	600	665	557	600	665
Outros intangíveis	557	600	665	557	600	665
Total do ativo	1.297.351	1.231.725	940.429	1.224.363	1.163185	874.719

	Controladora			Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Circulante	886.041	866.397	645.941	884.825	865.068	644.975
Contas a pagar (Nota 15)	84.267	127.791	82.098	84.276	127.807	82.118
Obrigações a pagar	25.978	45.089	29.661	25.980	45.089	29.661
Impostos e encargos sociais a recolher	21.854	22.401	15.720	21.854	22.401	15.720
Encargos trabalhistas	1.826	1.650	1.479	1.826	1.650	1.479
Impostos e contribuições	32.739	56.928	32.412	32.746	56.944	32.432
Outras contas a pagar	1.870	1.723	2.826	1.870	1.723	2.826
Débitos de operações com seguros e resseguros	68.378	61.640	41.573	68.378	61.640	41.573
Prêmios a restituir	44	8	8	44	8	8
Operações com seguradoras	205	205	215	205	205	215
Operações com resseguradoras	943	996	634	943	996	634
Corretores de seguros e resseguros (Nota 16)	31.851	32.433	21.277	31.851	32.433	21.277
Outros débitos operacionais	35.335	27.998	19.439	35.335	27.998	19.439
Depósitos de terceiros (Nota 17)	3.298	4.403	3.036	3.298	4.403	3.036
Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	728.719	671.251	518.055	727.494	669.906	517.069
Danos	724.339	666.903	513.887	723.114	665.558	512.901
Pessoas	4.380	4.348	4.168	4.380	4.348	4.168
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 19)	1.379	1.312	1.179	1.379	1.312	1.179
Planos bloqueados	1.379	1.312	1.179	1.379	1.312	1.179
Não circulante	91.361	87.775	79.860	18.854	19.757	14.525
Contas a pagar	8.474	6.483	2.685	8.474	6.483	2.685
Obrigações a pagar	1.418	1.070		1.418	1.070	
Tributos diferidos (Nota 15.6)	6.996	5.353	2.625	6.996	5.353	2.625
Outras contas a pagar	60	60	60	60	60	60
Provisões Técnicas - Seguros		1			1	
Danos		1			1	
Outros débitos a pagar	82.887	81.291	77.176	10.380	13.273	11.840
Provisões judiciais (Nota 20)	82.887	81.291	77.176	10.380	13.273	11.840
Patrimônio Líquido (Nota 21)	319.949	277.553	214.627	320.684	278.360	215.219
Capital social	150.000	100.000	79.000	150.000	100.000	79.000
Reserva de capital	14.323	14.323	14.323	14.323	14.323	14.323
Reserva de reavaliação	3.835	4.423	4.517	3.835	4.423	4.517
Reserva de lucros	151.791	158.807	116.918	152.526	159.614	117.510
Ajustes com títulos e valores mobiliários			(131)			(131)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.297.351	1.231.725	940.429	1.224.363	1.163.185	874.719

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações do resultado e do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Prêmios emitido líquido	1.069.586	991.956	1.069.586	991.956
Variações das provisões técnicas de prêmios	(14.939)	(130.275)	(15.059)	(129.916)
Prêmios ganhos (Nota 23)	1.054.647	861.681	1.054.527	862.040
Receita com emissão de apólices	97.119	76.496	97.119	76.496
Sinistros ocorridos (Nota 24)	(820.267)	(599.261)	(820.267)	(599.261)
Custo de aquisição (Nota 25)	(212.706)	(172.715)	(212.706)	(172.715)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 26)	(32.319)	(29.616)	(32.283)	(29.571)
Resultado com resseguro	(2.042)	1.798	(2.042)	1.798
Receita com resseguro	(2.042)	3.211	(2.042)	3.211
Despesa com resseguro		(1.413)		(1.413)
Despesas administrativas (Nota 27)	(82.007)	(67.174)	(82.043)	(67.200)
Despesas com tributos (Nota 28)	(25.409)	(17.191)	(25.411)	(17.193)
Resultado financeiro (Nota 29)	122.380	95.388	122.462	95.457
Resultado patrimonial	2.751	2.198	2.682	2.125
Resultado operacional	102.147	151.604	102.038	151.976
Ganhos com ativos não correntes	99	(149)	99	(149)
Resultado antes dos impostos e participações	102.246	151.455	102.137	151.827
Imposto de renda (Nota 8)	(20.805)	(33.170)	(20.764)	(33.322)
Contribuição social (Nota 8)	(12.143)	(19.666)	(12.147)	(19.671)
Participações sobre o resultado	(9.495)	(11.420)	(9.495)	(11.420)
Lucro líquido do exercício	59.803	87.199	59.731	87.414
Quantidade de ações	17.990.140	17.990.140	17.990.140	17.990.140
Lucro líquido por ação básico e diluído	3,32	4,85	3,32	4,86
Lucro líquido do exercício	59.803	87.199	59.731	87.414
Outros Componentes do resultado abrangente				
Ajuste a valor justo de aplicações		131		131
Total do resultado abrangente do exercício	59.803	87.330	59.731	87.545

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (consolidado)
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutária	Ajustes TVM	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	79.000	14.323	4.517	9.551	107.367	(131)		214.627
Ajuste de exercícios anteriores					592			592
Saldo de abertura ajustado	79.000	14.323	4.517	9.551	107.959	(131)		215.219
Aumento de capital								
Aumento do capital com reserva de lucros e conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária em 31 de março de 2010	21.000				(21.000)			
Ajustes patrimoniais								
Ajustes de avaliação patrimonial					(647)			(647)
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação			(94)				94	
Ajustes de títulos e valores mobiliários						131		131
Dividendos complementares					(1.404)			(1.404)
Lucro líquido do exercício							87.414	87.414
Destinações do lucro líquido do exercício								
Reserva legal				4.360			(4.360)	
Dividendos complementares - R$ 0,64 por ação							(11.553)	(11.553)
Juros sobre capital próprio - R$ 0,60 por ação ordinária (R$ 0,36 líquido de IR)							(10.800)	(10.800)
Reserva estatutária					60.795		(60.795)	
Em 31 de dezembro de 2010	100.000	14.323	4.423	13.911	145.703			278.360
Aumento do capital com reservas de lucros e conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2011	50.000				(50.000)			
Ajustes patrimoniais								
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 32)			(491)				(385)	(876)
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação			(97)				97	
Lucro líquido do exercício							59.731	59.731
Destinações do lucro líquido do exercício								
Reserva legal				2.990			(2.990)	
Dividendos complementares - R$ 0,03 por ação							(531)	(531)
Juros sobre capital próprio-R$ 0,89 por ação ordinária (R$ 0,53 líquido de IR)							(16.000)	(16.000)
Reserva estatutária					39.922		(39.922)	
Em 31 de dezembro de 2011	150.000	14.323	3.835	16.901	135.625			320.684

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Atividades operacionais				
Recebimentos de prêmios de seguro	1.247.224	1.040.871	1.247.224	1.040.871
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	104.185	77.234	104.218	77.268
Pagamentos de sinistros e comissões	(1.024.291)	(761.293)	(1.024.291)	(761.293)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(128.752)	(88.565)	(128.752)	(88.565)
Pagamentos de despesas e obrigações	(57.722)	(36.649)	(57.765)	(36.689)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(206)	(266)	(206)	(266)
Outros pagamentos operacionais	(10.275)	(9.424)	(10.280)	(9.424)
Recebimentos de juros e dividendos	288	113	288	113
Constituição de depósitos judiciais	(1.100)	(2.523)	(1.100)	(2.523)
Pagamentos de participações nos resultados	(8.161)	(5.516)	(8.161)	(5.516)
Caixa gerado pelas operações	121.190	213.982	121.175	213.976
Impostos e contribuições pagos	(90.157)	(100.779)	(90.159)	(100.787)
Investimentos financeiros				
Aplicações	(378.289)	(268.349)	(378.296)	(269.071)
Vendas e resgates	370.960	182.103	371.054	182.872
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	23.704	26.957	23.774	26.990
Atividades de investimento				
Pagamento pela compra de ativo permanente Imobilizado	(6.275)	(15.731)	(6.275)	(15.731)
Recebimento pela venda de ativo permanente Imobilizado	117	173	117	173
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(6.158)	(15.558)	(6.158)	(15.558)
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos	(16.000)	(12.204)	(16.060)	(12.244)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(16.000)	(12.204)	(16.060)	(12.244)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.546	(805)	1.556	(812)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.969	5.774	4.985	5.797
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.515	4.969	6.541	4.985

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Conciliação entre o lucro líquido do exercício e caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais				
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	59.803	87.199	59.731	87.414
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	2.527	1.384	2.527	1.384
Receita com aplicações financeiras	(75.274)	(51.872)	(75.356)	(51.841)
Resultado patrimonial	2	(32)	71	(105)
Outros resultados operacionais	6.592	6.224	6.592	6.224
	(6.350)	42.903	(6.435)	43.076
Variações de ativos e passivos				
Aplicações financeiras	(2.169)	(73.959)	(2.081)	(73.912)
Créditos das operações com seguros e resseguros	11.841	(87.297)	11.841	(87.297)
Ativos de resseguro	3.107	270	3.107	270
Títulos e créditos a receber	14.146	(18.503)	14.098	(18.359)
Outros valores e bens	(14.520)	(5.241)	(14.520)	(5.241)
Despesas antecipadas	(167)	(43)	(167)	(43)
Custos de aquisição diferidos	(4.007)	(24.468)	(4.007)	(24.468)
Contas a pagar	(42.940)	14.433	(42.945)	14.461
Débitos de operações com seguros e resseguros	6.738	20.051	6.738	20.051
Depósito de terceiros	(1.105)	1.366	(1.105)	1.366
Provisões técnicas - seguros	57.534	153.330	57.654	152.971
Outros passivos contingentes	1.596	4.115	1.596	4.115
Caixa gerado pelas atividades operacionais	23.704	26.957	23.774	26.990

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Receitas	1.219.661	1.103.149	1.219.697	1.103.194
Receitas com operações de seguros	1.069.585	991.955	1.069.621	992.000
Outras	147.767	111.932	147.767	111.932
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	2.309	(738)	2.309	(738)
Variação das provisões técnicas	(14.939)	(130.275)	(14.939)	(130.275)
Operações de seguros	(14.939)	(130.275)	(14.939)	(130.275)
Receita líquida operacional	1.204.722	972.874	1.204.758	972.919
Benefícios e sinistros	(822.302)	(596.057)	(822.302)	(596.057)
Sinistros	(822.302)	(596.057)	(822.302)	(596.057)
Insumos adquiridos de terceiros	(344.982)	(271.392)	(345.002)	(271.404)
Materiais, energia e outros	(127.481)	(83.503)	(127.501)	(83.515)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(221.532)	(212.368)	(221.532)	(212.368)
Variação das despesas de comercialização diferidas	4.031	24.479	4.031	24.479
Valor adicionado bruto	37.438	105.425	37.454	105.458
Retenções				
Depreciação	(2.554)	(1.383)	(2.554)	(1.382)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	34.884	104.042	34.900	104.076
Valor adicionado recebido em transferência	129.735	100.635	129.817	100.704
Receitas financeiras	129.681	100.603	129.763	100.672
Resultado de equivalência patrimonial	54	32	54	32
Valor adicionado a distribuir	164.619	204.677	164.717	204.780
Distribuição do valor adicionado	164.619	204.677	164.717	204.780
Pessoal e encargos	34.990	37.775	35.003	37.787
Remuneração direta	16.460	17.375	16.473	17.387
Benefícios	17.207	18.916	17.207	18.916
FGTS	1.323	1.484	1.323	1.484
Impostos, taxas e contribuições	62.016	73.932	62.030	73.948
Federais	61.754	73.082	61.768	73.098
Estaduais	145	696	145	696
Municipais	117	154	117	154
Remuneração de capital de terceiros	7.810	5.771	7.810	5.771
Juros	7.301	5.215	7.301	5.215
Aluguéis	509	556	509	556
Remuneração de capitais próprios	59.803	87.199	59.874	87.274
Dividendos e Juros Capital próprio	16.531	22.353	16.573	22.393
Lucros retidos	43.272	64.846	43.301	64.881

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações e tem por objeto social a exploração das operações de seguros de danos e de pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na legislação vigente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2012.

A seguir, relacionamos a empresa controlada pela Companhia:

(i) Franco S.A. Corretagem de Seguros - controlada pela Azul Seguros (99,99%), tem por objeto social a prestação de serviços técnicos de corretagem e administração de seguros, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias "disponível para a venda" e "avaliados ao valor justo por meio do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para contingências judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424, onde foram instituídas alterações na contabilização das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010 foram ajustadas para fins de comparação.

2.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

2.1.2 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (emitida em novembro de 2009). Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e possivelmente impactará a contabilização pela Companhia de seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

- IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas" (emitida em maio de 2011). O objetivo da IFRS 10 é estabelecer princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. Esta IFRS substitui o IAS 27 e sua aplicação será para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliará os possíveis impactos desta norma.

- IFRS 11 - "Acordos em conjuntos" (*Joint arrengements*). O princípio central da norma (emitida em maio de 2011) é que as partes de um empreendimento conjunto determinam o tipo de empreendimento em que estão envolvidos, avaliando seus direitos e obrigações em conformidade com o tipo de empreendimento. Não há divulgações especificadas no IFRS 11. Em vez disso, a IFRS 12 descreve as divulgações exigidas. A aplicação será para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliará os possíveis impactos desta norma.

- IFRS 12 -"Divulgação de participação em outras entidades" (emitida em maio de 2011). O objetivo da IFRS 12 é exigir a divulgação de informações que permita aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem: a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades e os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Quando as divulgações exigidas pela IFRS 12, juntamente com as divulgações exigidas por outras IFRS, não atender o objetivo acima, uma entidade é obrigada a divulgar outra informação adicional necessária para atingir esse objetivo. A IFRS 12 é aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliará os possíveis impactos desta norma.

- IFRS 13 - "Mensuração ao valor justo" (emitida em maio de 2011). Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos dos IASB. A IFRS 13 não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo e sua aplicação será em períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IAS 19 (Revisado) - "Benefícios a empregados" (divulgada em junho de 2011). O objetivo da revisão da IAS 19 foi o esclarecimento de questões diversas, incluindo a classificação de benefícios a empregados, as estimativas atuais das taxas de mortalidade, os custos fiscais, de administração e de partilha de riscos e recursos de indexação condicional. Aplicável, de forma retrospectiva para períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma possivelmente afetará a contabilização da Companhia.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

A existência e o impacto do direito a voto potencial, quando existentes, que são atualmente exercíveis são considerados quando a Companhia analisa se exerce controle sobre uma determinada sociedade. As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido para a Companhia e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas foram harmonizadas pela Companhia, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o IFRS e os CPCs e na aplicação das políticas contábeis escolhidas pela Companhia.

O processo de consolidação contempla as eliminações e os procedimentos a seguir:

(i) Das participações no capital e nas reservas mantidas entre elas.

(ii) Dos saldos de contas-correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as Companhias.

(iii) Dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre as Companhias.

(iv) Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas informações demonstrações financeiras.

A Companhia trata as transações com participações por não controladoras como transações com proprietários de ativos da Corporação. Para as compras de participações por não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na sociedade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, relativos àquela sociedade, são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.3 Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e SUSEP, segundo critérios estabelecidos pelos planos de contas instituídos pela Circular CNSP nº 424/11, e de acordo também com as práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que não contrariam as disposições contidas nesta Circular.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são avaliados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a sociedade opera (a moeda funcional da sociedade). Ao definir a moeda funcional a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda e a maior parte do custo de seus produtos e serviços. As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do exercício.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. No caso desta última, durante o período de divulgação não existiam ativos financeiros classificados nessa categoria. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado na data inicial de sua aquisição.

A Companhia classifica, nesta categoria, os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é a de manter negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ativos desta categoria são, em geral, classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Companhia não designou nenhum ativo ou passivo financeiros ao valor justo pelo uso da opção existente no IAS 39 denominada como *"Fair Value Option"* na adoção inicial do IFRS e durante o período de divulgação dessas demonstrações financeiras consolidadas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção e mitigação de riscos financeiros, ela não aplica à denominada contabilidade de *hedge (hedge accounting),* como definida no IAS 39.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem prêmios a receber de segurados, ativos de resseguro e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço (vide Nota 2.7(a)).

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo seu valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. Dividendos recebidos de investimentos em ações, quando classificados nesta categoria, são reconhecidos no resultado do exercício quando o direito de recebimento do dividendo é estabelecido para a Companhia.

A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizados) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Ajustes com títulos e valores mobiliários", sendo realizada contra resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente no balanço (vide Nota 2.7(b)).

(b) Determinação de valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

2.7 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados)

A Companhia avalia, a cada data de balanço, se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou grupo de ativos) esteja deteriorado ou *"impaired*".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado *(impaired),* a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Companhia utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- base histórica de perdas e inadimplência; e
- quebra de contratos como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal.

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Companhia utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Se a Companhia considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja deteriorado*,* ela inclui esse ativo em um grupo de ativos de risco de crédito com características similares e considera esse ativo juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base agrupada.

Para o cálculo agrupado de *impairment* a Companhia agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (por exemplo, *ratings* internos, segmento econômico ou tipos de contrato de seguro e outros para avaliação de prêmios a receber) na qual utiliza uma outra metodologia conhecida como *Roll Rate Model* para estabelecimento dos percentuais de perdas históricas por meio da análise de coleta de caixa com base em um período de observação limitado a 12 meses até que todos os esforços de recebimento sejam efetuados em última instância. Essas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa dos grupos avaliados.

Os ativos individualmente significativos que são avaliados por *impairment* em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de *impairment* agrupado. A Companhia designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria, e os estudos econômicos de perda realizados consideram emissões feitas em períodos anteriores e eliminam eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. A Companhia elaborou fluxos de caixa descontados utilizando-se da taxa efetiva de juros (original do contrato, conforme definido pelo IAS 39), levando em conta o valor justo de garantias vinculadas aos contratos para os testes individuais e agrupados de *impairment*, quando aplicável.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. No caso de investimentos em instrumentos de capital (ações) a Companhia avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por *impairment* registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Perdas por *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do exercício não são revertidas em exercícios subsequentes. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de publicação.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos

Todos os instrumentos financeiros derivativos, quando contratados pela Companhia, são designados na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Adicionalmente, a Companhia efetua uma análise de todos os contratos de serviços, instrumentos financeiros, contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Quando um derivativo embutido é identificado, a Companhia primeiramente estima se o instrumento principal (ou contrato principal, *"host contract"*) é avaliado ao valor justo de mercado (no qual o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado). Caso o instrumento não seja avaliado ao valor justo (instrumentos avaliados ao custo amortizado), a Companhia analisa se o derivativo embutido atende à definição de um derivativo segundo o IAS 39 e se o derivativo embutido é economicamente relacionado ao contrato principal (caso em que o derivativo embutido não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor de mercado). Caso o derivativo embutido não seja economicamente relacionado ao contrato principal, o derivativo embutido é contabilizado separadamente e avaliado ao valor justo a cada data de balanço.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são avaliados ao seu valor justo no seu reconhecimento inicial e na sua avaliação subsequente, com mudanças no valor justo registradas imediatamente no resultado do exercício.

Durante o período de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos e não identificou contratos com a existência de derivativos embutidos.

2.9 Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos com a contraparte e quando a Companhia apresenta a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente.

2.10 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazos, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Companhia acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Conforme permitido pelo IFRS 4, a Companhia utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que haja evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na política contábil 2.10). Consequentemente, as perdas por *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros. Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores.

2.11 Custo de aquisição diferido (DAC)

As comissões e os outros custos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices ou com a estimativa de permanência dos segurados e são refletidos no saldo da rubrica "Custo de Aquisição Diferido".

2.12 Ativos intangíveis

(a) Marcas e patentes

Os gastos relacionados a marcas e patentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil definida.

(b) *Softwares*

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.

- Pode ser vendido ou usado.
- Gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Outros gastos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em períodos subsequentes.

Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos, e são alocados às suas respectivas Unidades Geradoras de Caixa e avaliados para impairment periodicamente pela Companhia.

2.13 Propriedades imobiliárias de investimento

Ativos imobiliários (prédios e terrenos) que não são classificados como propriedades de uso próprio e que são alugados para terceiros para auferir renda são classificados como propriedades imobiliárias de investimento, segundo o IAS 40. Os imóveis de investimento são avaliados ao custo de aquisição reduzido por depreciação. Esses ativos imobiliários compreendem propriedades que são alugadas a terceiros e classificadas, segundo o IAS 17, como um leasing operacional.

Como a Companhia utiliza o modelo de custo permitido pelo IAS 40 para imóveis de investimento, esses ativos são avaliados por *impairment* e alocados às suas respectivas Unidades Geradoras de Caixa, segundo o IAS 36 (vide política contábil 2.7(c)).

2.14 Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico (terrenos e edifícios são demonstrados pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2007, com base em avaliações efetuadas em 22 de dezembro de 2006 por peritos independentes). O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos que não são depreciados) até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico desse ativo compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos (os terrenos não são depreciados). As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na Nota 13.

O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.15 Ativos não financeiros mantidos para a venda

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda como estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável líquido das despesas que são de responsabilidade do cliente, como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo.

Quando a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test - LAT*) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram em estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa (vide política contábil 2.17.2).

2.16 Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos de seguro e financeiro ou ambos. A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Na data de reporte a Companhia não identificou contratos classificados como contratos de investimento.
Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários da própria Companhia para prestação de serviços, como serviços a residências e automóveis, assistência 24 horas, vidros, entre outros riscos, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro para o IFRS quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o IFRS 4 são classificados como ativos financeiros.

2.17 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro

2.17.1 Passivos de contratos de seguro

A Companhia utilizou as diretrizes do IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e conversão das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com IFRS. Segundo o IFRS 4, a Companhia contou com a isenção de utilizar as políticas contábeis anteriores, ou seja, o BR GAAP (políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil que estão relacionadas adiante) utilizado para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização dessa isenção, a Companhia aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, entre outras políticas aplicáveis.

A Companhia não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda, segundo o IAS 39, que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Companhia não identificou situações em que tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo IFRS 4, na avaliação de contratos de seguro segundo o seu GAAP anterior, ou BR GAAP. A Companhia não identificou provisões para catástrofes não permitidas, segundo o IFRS 4, na data de adoção do IFRS 4.

Conforme o BR GAAP, as provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados nas Notas Técnicas Atuariais (NTA) descritas a seguir:

Seguros de ramos elementares (automóvel, patrimonial, etc), vida em grupo e acidentes pessoais

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo, para os seguros de ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela Seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão, conforme metodologia prevista em NTA, para os seguros de ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, líquida dos ajustes do cosseguro. É constituída provisão adicional para sinistros a liquidar (IBNER) com o objetivo de estimar os valores dos ajustes que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos respectivos processos de análise. Essa provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico de sinistros, conforme metodologia prevista em NTA, para os seguros de ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais.

(d) A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - (IBNR) é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora, e é calculada com técnicas estatísticas e atuariais, com base no comportamento histórico observado entre a ocorrência do sinistro e o seu aviso, conforme metodologia prevista em NTA, para os seguros e/ou as coberturas de ramos elementares, vida em grupo e acidentes pessoais. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução CNSP nº 192/08 e alterada pela Resolução CNSP nº 215/10.

(e) A Provisão de Oscilação de Riscos (POR) é constituída com o objetivo de reduzir os impactos nas taxas de risco, em decorrência de sinistros atípicos e vultosos, nos seguros empresariais, residenciais e condominiais. Essa provisão é calculada com base na metodologia prevista em NTA.

(f) A Provisão de Despesas Administrativas (PDA) é constituída com o objetivo de cobertura de déficit administrativo, com base nos recursos originados dos resultados administrativos apurados mensalmente do convênio DPVAT.

2.17.2 Teste de adequação dos passivos (LAT-*Liability Adequacy Test*)

Conforme requerido pelo IFRS 4 e disposto na resolução CNSP nº 410/2010, a cada data de balanço a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos, segundo o IFRS 4, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros como despesas de aquisição diferidas (DAC). Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes para o teste. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados por similaridades (ou características de risco similares) e consequentemente, como os respectivos riscos de seguro são gerenciados em conjunto pela Administração. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco.

Caso seja identificada qualquer deficiência no teste em referência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste.

Alguns contratos permitem que a Companhia adquira a titularidade sobre o ativo ou o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). A Companhia também tem o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Consequentemente, conforme permitido pelo IFRS 4, estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídos como um redutor na avaliação (estimativa do fluxo de pagamentos dos contratos de seguros) e, consequentemente, na execução dos testes de adequação dos passivos. Quando o ativo é recuperado em data subsequente à ocorrência do sinistro, a Companhia classifica o ativo na categoria de outros ativos, com avaliação ao valor justo deduzido dos custos de venda do ativo para colocação do ativo em condições de uso por terceiros. Para os ramos de risco decorrido, a Companhia leva em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os exercícios apresentados.

2.18 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente é reconhecido segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para esse cálculo, em casos onde os passivos financeiros não apresentam uma taxa de juros predeterminada (ou explícita no contrato), a Companhia utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência que seria cobrada hipoteticamente por uma instituição bancária no mercado, para financiamento ou compra de um ativo similar considerando, inclusive, o risco de crédito da Companhia para esse propósito. Durante o período de divulgação não existiam passivos financeiros.

2.19 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina o plano de previdência complementar, administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência Complementar, que é classificado como um plano de contribuição definida, segundo os critérios do IAS 19. Adicionalmente, a Companhia também oferece benefícios pós-emprego de seguro-saúde, seguro de vida e benefícios calculados com base em uma política de benefícios que atribui uma determinada pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros, como definidos segundo o IAS 19.

Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao FGTS, também foram calculados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e são registradas segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

2.20 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de seu correspondente passivo, quando houver, e os critérios para compensação são atendidos. Quando os critérios para compensação não são atendidos, os depósitos judiciais são apresentados no ativo.

2.21 Capital social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Companhia não tiver a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido deduzidos dos recursos recebidos.

2.22 Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.22.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. Para contratos de investimento, se aplicável, a Companhia não reconhece os prêmios recebidos (ou pagos, para prêmios de resseguro) no resultado do exercício, utilizando o método de contabilidade de depósito aplicável para ativos e passivos financeiros. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

2.22.2 Receita de juros e dividendos recebidos

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre esses ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.23 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP durante o período aplicável e ao que for maior entre: (i) 50% do lucro líquido da Companhia (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda) e (ii) 50% dos lucros acumulados da Companhia e das reservas de lucros.

2.24 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios referidos inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do exercício os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%. São constituídas provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, cujo montante é transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, na realização ou baixa desses ativos.

Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou "*liability method*" segundo o IAS 12) sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros da Companhia. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos (como riscos especiais) e contratos de seguro com cobertura de vida (vide Nota 4.1).

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, o processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e *status* (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre esses casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões segundo o IAS 37.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nessa área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesse julgamento está incluído acesso do tipo de contrato, segmento econômico, localização geográfica do devedor, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para *impairment* sobre ativos financeiros.

(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e a determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.

(e) Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4 Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de seguros

4.1 Gestão de risco de seguro

A Companhia oferece seguros de automóvel (91% do prêmio total em dezembro de 2011) em todo o Brasil e patrimoniais (regiões Sul e Sudeste) para pessoas física e jurídicas.

A Companhia tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Companhia são e continuarão sendo:
(i) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Companhia sejam utilizados de maneira consistente e apropriada;
(ii) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios propostos pelos corretores; e
(iii) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, sinistros e outras experiências estatísticas para que a Companhia possa selecionar e avaliar riscos de forma precisa, técnica e comercial.

A Companhia define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles nos quais a Companhia tem a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados pela comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Companhia entende que o principal risco assumido é o risco de que sinistros avisados e pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimadas, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior fosse o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que tenham *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição a qual a Companhia está exposta é minimizada em razão de a menor parcela dos riscos aceitos apresentarem importâncias seguradas elevadas. Dessa forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos sinistros observados e de insuficiência ou perdas na recuperação. Essas evidências podem ser comprovadas, em razão de os prêmios cedidos em resseguro representarem aproximadamente 1,40% dos prêmios de seguros auferidos, no exercício de 2010, e dos valores de sinistros recuperados de resseguro representarem 0,80% dos sinistros retidos brutos no mesmo período.

Além disso, as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites técnicos fixados com a SUSEP, em conformidade com a legislação vigente.

Os fatores que agravam o risco de seguro incluem incapacidade na diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e tipo de segmento de negócios, fator relevante para os ramos de riscos especiais em que a Companhia opera. A estrutura de gestão de riscos de seguros da Companhia considera a similaridade dos riscos transferidos pelos diversos contratos e ramos em que a Companhia opera e a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com diversos riscos específicos, assim como histórico de negociação para gestão dos riscos. Os principais segmentos de gestão de riscos de seguros estão estruturados da seguinte forma:

- Automóveis particulares e comerciais.
- Seguros patrimoniais (Residenciais e Empresariais).

O objetivo da subscrição de riscos da Companhia é desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A Companhia acredita que as técnicas de subscrição de riscos que emprega oferecem vantagem adicional na identificação e no entendimento do risco e na definição do preço de seguros de forma apropriada, particularmente no que diz respeito ao seguro de automóveis. As políticas de subscrição de riscos da Companhia são definidas centralizadamente pela matriz, por meio de seus departamentos técnicos. A unidade de cálculo de tarifas do departamento atuarial da Companhia analisa a adequação do prêmio e utiliza dados exclusivos coletados e analisados com relação a cada linha de negócio.

Consequentemente, diferentes preços são fixados para apólices de seguros patrimoniais, de acordo com as diversas variáveis aplicáveis a cada risco específico, como no caso de seguro de automóvel, fatores relativos ao automóvel (idade, fabricação, modelo, etc.) e outros fatores relacionados com o perfil do segurado. Essa metodologia se destina a manter a qualidade da subscrição de riscos e a disciplina de preços. A Companhia presta atenção particular ao treinamento geral a funcionários, prestadores de serviços e corretores, seleção de riscos e contínuo monitoramento. Além disso, a Companhia monitora a qualidade dos negócios por parte dos corretores e dos escritórios regionais a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Companhia após a revisão, entre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos automóveis e após consideração completa do histórico de reclamações, das condições físicas e do valor de reposição da propriedade.

O processo utilizado pela Administração para obter os resultados das análises de sensibilidade para o risco de seguro é efetuado semestralmente, nas datas de balanço e são utilizadas as seguintes premissas atuariais:

- Utilização como premissas de sinistralidade as expectativas de prêmio de risco calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.

- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

- Base de dados composta por informações referentes a um período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data-base de análise.

- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

4.1.1 Seguro de automóveis particulares e comerciais

A Companhia oferece seguro de automóvel para clientes pessoas física e jurídica que usam o veículo de forma particular e/ou comercial. O seguro de automóvel fornece coberturas para um ou mais dos seguintes riscos: casco, responsabilidade civil e danos corporais resultantes do uso do automóvel.

Os segurados pagam franquia em caso de sinistro, exceto no caso de indenização integral. O valor da franquia varia de acordo com o tipo de veículo. As apólices de seguro de automóvel estão disponíveis para o prazo de 1 ano.

O seguro de automóvel de uso comercial oferece cobertura para automóveis utilizados em atividades comerciais, e fornece as mesmas opções de cobertura. O seguro de automóvel de uso comercial foi desenvolvido para proteger empresas contra perdas resultantes de perda parcial ou total por acidente, roubo ou furto do veículo, responsabilidade civil - facultativa, danos materiais e corporais a terceiros, acidentes pessoais a passageiros e cobertura de ampliação de casco para os países Argentina e Uruguai.

A Companhia oferece apólices de seguro de automóvel com tarifa baseada no perfil de risco dos usuários que atendam a determinados critérios seletivos de subscrição, baseados em fatores como idade, estado civil, sexo, hábitos de estacionamento e abrangência geográfica de uso do automóvel.

Como parte da política de gestão de risco de seguro, a Companhia instala componentes que reduzem significativamente a incidência de roubo ou furto dos automóveis segurados como: dispositivo rastreador de veículo, que é instalado por comodato de acordo com o prêmio de risco do seguro.

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de seguro nas principais localizações geográficas onde a Companhia opera, antes e após a transferência do risco de seguro por meio de contratos de resseguro:

	Exposição máxima ao risco de seguro - Controladora			
	2011		2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido resseguro
Localidade				
São Paulo	16.052.376	16.052.376	11.866.923	11.866.923
Rio de janeiro	3.991.364	3.991.364	3.254.142	3.254.142
Outras regiões	6.370.946	6.370.946	3.944.890	3.944.890
	26.414.686	26.414.686	19.065.955	19.065.955

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais consiste, em primeira instância, na identificação do risco que se pretende segurar, do objeto segurável, do valor máximo em risco e da disponibilidade de dados, necessários para fins de tarifação e subscrição. Após a etapa descrita acima, a Administração determina as premissas atuariais relevantes ao risco que se pretende segurar e à origem e referência dos dados que serão utilizados para fins de tarifação e subscrição.

Dessa forma, para a carteira de automóveis a Administração assume além das descritas no item 4.1, as seguintes premissas atuariais:

Base de dados da Companhia para determinar os preços dos riscos seguráveis e os critérios de subscrição, não sendo necessária a utilização de base de dados de origem externa.

Seguem os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos dos efeitos tributários:

(i) Automóvel

	Controladora			
	Impacto no resultado e no patrimônio líquido			
	2011		2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Premissas atuariais				
Aumento de 5% na frequência de sinistros	(11.780)	(11.744)	(17.471)	(17.447)
Aumento de 15% das despesas administrativas	(302)	(301)	(1.031)	(1.031)
Aumento de 15% das despesas com sinistros	(423)	(422)	(3.190)	(3.188)
Aumento de 10% do percentual de recuperação de salvados	2.923	2.913	1.912	1.912
Redução de 5% do percentual de recuperação de salvados e ressarcimentos	(1.581)	(1.575)	(4.164)	(4.162)

(ii) Ramos elementares

	Controladora			
	Impacto no resultado e no patrimônio líquido			
	2011		2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Premissas atuariais				
Diminuição do prêmio de riscos em 5%	3	3	41	41
Redução de despesas de liquidação e/ou regulação de sinistros em 10%			50	50

(iii) Vida

	Controladora			
	Impacto no resultado e no patrimônio líquido			
	2011		2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Premissas atuariais				
Agravo de 5% no prêmio de risco			(2)	(2)
Agravo de 5% nas despesas	(8)	(8)	(91)	(91)

4.1.2 Seguros patrimoniais

A Companhia oferece seguros patrimoniais (exceto seguro de automóvel), que são divididos em:

(i) Seguro Residencial - oferece proteção contra danos ao imóvel e seu conteúdo. A Companhia emite apólices para residências habituais e de veraneio. O critério de indenização baseia-se nos valores de reposição até o limite contratado na apólice. Em algumas coberturas aplica-se uma participação obrigatória do segurado (POS), ou seja, uma coparticipação nos prejuízos indenizáveis em caso de sinistro. As verbas das coberturas poderão ser atualizadas a pedido do segurado. Os prêmios são estabelecidos de acordo com a base de dados da Companhia, refletindo a experiência de subscrição e política de preços nos últimos 12 meses, inclusive para renovações. As principais exigências de subscrição são relativas ao estado de uso e conservação do imóvel. Poderá ser concedido desconto nos prêmios de acordo com o perfil do segurado, a experiência na Companhia, se o imóvel localiza-se em condomínio e se dispõe de sistema de segurança monitorado por empresas especializadas.

(ii) Seguro Empresarial - é destinado a empresas, entidades governamentais, profissionais autônomos e proprietários de imóveis não residenciais. O público-alvo são comércios e serviços de pequeno e médio portes, garantindo proteção contra danos ao imóvel e seu conteúdo. O produto oferece, além da cobertura básica (incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave), a opção de contratação de coberturas acessórias, como danos elétricos, roubo e furto de bens, lucros cessantes, responsabilidade civil, entre outras. Os prêmios são estabelecidos de maneira personalizada de acordo com a base de dados da Companhia e conforme a atividade desenvolvida, por exemplo escritórios, lojas de varejo, restaurantes, farmácias, escolas, etc. São concedidos descontos para apólices com vários locais, agrupamento de coberturas, estabelecimentos localizados em *shopping* e com alarmes monitorados instalados.

Devido a imaterialidade dos seguros patrimoniais, a exposição máxima do risco de seguros e os testes de sensibilidade líquidos dos efeitos tributários não foram calculadas.

4.2 Gestão de riscos financeiros

A Companhia está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management* -(ALM)), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Companhia e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada aos requerimentos de análise exigidos pelo IFRS e ao conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: (a) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Companhia; (b) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; (c) risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo essa política, a Companhia busca diversificar as aplicações em vários mercados,visando garantir retornos de capital durante um período sustentável em vez de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Companhia utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

(a) Risco de liquidez

Para certos produtos, a duração dos ativos pode ser menor que a dos passivos e nesse caso, o risco de liquidez é mitigado com a reaplicação dos recursos em títulos de duração mais longa no momento de recebimento dos cupons de juros e no vencimento desses ativos. Adicionalmente, recursos próprios poderão ser utilizados para o cumprimento das obrigações da Companhia em eventuais necessidades. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Controladora						
	2011						
		Fluxo de caixa contratual e não descontado (1), (2)					
	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Saldo contábil
Composição da carteira							
Caixa e equivalentes de caixa	6.515	182.011				188.526	188.526
Ao valor justo através do resultado							
Ativos pré-fixados							
Públicos		13	385	367	236.487	237.252	237.252
Ativos pós-fixados							
Públicos		39.667			39.692	79.359	69.040
Privados			44.175	1.740	54.680	100.595	83.885
Índices de inflação			3.259	3.388	109.141	115.788	115.788
Ações		339				339	339
Outros		16		105		121	121
Total de aplicações financeiras		40.035	47.819	5.600	440.000	533.454	506.425
Empréstimos e recebíveis							
Prêmios a receber de segurados		88.758	151.467	16.884	751	257.860	257.860
Ativos de resseguro	1.298					1.298	1.298
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	7.813	310.804	199.286	22.484	440.751	981.138	954.109
Provisões para contratos de seguro (1)			305.768	110.485	9.456	425.709	728.719
Débitos de operações de seguro e resseguro		10.964	55.236	2.086	92	68.378	68.378
Total de passivos financeiros e passivos de contratos de seguro		10.964	361.004	112.571	9.548	494.087	797.097

	Controladora						
	2010						
		Fluxo de caixa contratual e não descontado (1), (2)					
	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Saldo contábil
Composição da carteira							
Caixa e equivalentes de caixa	4.969	104.679				109.648	109.648
Ao valor justo através do resultado							
Ativos pré-fixados							
Públicos		3.894		3.407	366.702	374.003	374.003
Ativos pós-fixados							
Públicos		1.836	7.219	7.084	100.539	116.678	85.069
Privados		344		1.102	9.959	11.405	8.396
Índices de inflação			8.050	1	34	8.085	8.085
Ações	1.291					1.291	1.291
Outros		9				9	9
Disponíveis para a venda							
Ativos pós-fixados							
Privados					41.215	41.215	29.461
Total das aplicações financeiras	1.291	6.083	15.269	11.594	518.449	552.686	506.314
Empréstimos e recebíveis							
Prêmios a receber de segurados		107.043	145.271	16.495	46	268.855	268.855
Ativos de resseguro	4.405					4.405	4.405
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	10.665	217.805	160.540	28.089	518.495	935.594	889.222
Provisões para contratos de seguro (1)			330.962	168.971	33.636	533.569	671.251
Débitos de operações de seguro e resseguro		19.520	39.750	2.373		61.643	61.640
Total de passivos financeiros e passivos de contratos de seguro		19.520	370.712	171.344	33.636	595.212	732.891

(1) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa da Administração quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

(2) Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos na tabela acima com base nos fluxos de caixa contratuais e os saldos foram projetados utilizando-se a curva de juros, taxas previstas do CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(b) Risco de mercado

Determinados contratos de fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento mantidos pela Companhia são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos financeiros sobre ativos e passivos financeiros da Companhia levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada dessas variáveis e dos impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Companhia:

		Controladora		
		2011		
Classes	**Premissas**	**Saldo contábil**	**Variação - resultado/ patrimônio líquido**	**Novo saldo**
Ativos prefixados				
Públicos	Aumento de 2,4% na taxa	237.252	(1.360)	235.892
Ativos pós-fixados				
Públicos	Alta 0,30% Over	69.040	(841)	68.199
Privados	Alta 112% CDI	83.885	(207)	83.678
Inflação	Aumento de 0,75% na taxa cupom	115.788	(3.447)	112.341
Ações	Queda 18%	339	(61)	278
Outros		121		121
Total		506.425	(5.916)	500.509
Impacto líquido de efeito tributário			(3.550)	

		Controladora		
		2010		
Classes	**Premissas**	**Saldo contábil**	**Variação - resultado/ patrimônio líquido**	**Novo saldo**
Ativos prefixados				
Públicos	Aumento de 2,4% na taxa	374.003	(4.744)	369.259
Ativos pós-fixados				
Públicos	Alta 0,30% Over	84.578	(60)	84.518
Privados	Alta 112% CDI	37.857	(246)	37.611
Inflação	Aumento de 0,75% na taxa cupom	8.085	(23)	8.062
Ações	Queda 18%	1.291	(604)	687
Outros		500		500
Total		506.314	(5.677)	500.637
Impacto líquido de efeito tributário			(3.406)	

As análises de sensibilidade foram estimadas com base em cenários prováveis. Existem diversas limitações quanto às linearidades ou não linearidades entre as mudanças esperadas dessas premissas e os resultados reais futuros (realizados ou não realizados); tais resultados podem diferir significativamente dos resultados estimados por meio das análises de sensibilidade apresentadas nessas demonstrações financeiras.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações com a Companhia. A Administração tem políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por intermédio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e seus fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito sejam gerenciados e controlados nas políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não apresentam *rating* de crédito estabelecido por agências de crédito reconhecidas no mercado, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos; entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes de a Companhia adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais e dependem de aprovação do Comitê de Crédito, para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes caso essas contrapartes não apresentem *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e de resseguro detidos pela Companhia distribuidos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*"compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não apresentam *ratings* de crédito individuais. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida em certas situações a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A política de emissão de apólices leva em consideração todos os aspectos e todas as políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados na qual é confirmado o perfil de risco dos segurados em agências de crédito para pessoas físicas e jurídicas e o histórico de situações não usuais e pagamentos de prêmios de segurados recorrentes na renovação de contratos. Mediante essa abordagem, a gestão de risco de liquidez considera como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento desses recursos em conjunto com a política de gestão de capital.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil

	Controladora							
	2011				2010			
	AAA.br (Moody's)	AA	Sem Rating	Saldo contábil	AAA.br (Moody's)	AA	Sem Rating	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)		182.011	6.515	188.526		104.679	4.969	109.648
Ao valor justo através do resultado								
Ativos pré-fixados								
Públicos		237.252		237.252		269.324		269.324
Ativos pós-fixados								
Públicos		69.040		69.040		189.748		189.748
Privados	83.885			83.885	8.396			8.396
Indices de inflação		115.788		115.788		8.085		8.085
Ações		339		339		1.291		1.291
Outros		121		121		9		9
Disponíveis para a venda								
Ativos pós-fixados								
Privados					29.461			29.461
Total de aplicações financeiras	83.885	422.540		506.425	37.857	468.457		506.314
Empréstimos e recebíveis								
Prêmios a receber de segurados			257.860	257.860			268.855	268.855
Ativos de resseguro			1.298	1.298			4.405	4.405
Exposição máxima ao risco de crédito	83.885	604.551	265.673	954.109	37.857	573.136	278.229	889.222

O programa e a política de resseguro somente consideram participantes de mercado e resseguradores com alta qualidade de crédito. Até a data-base de análise, o parceiro de resseguros era o IRB-Brasil Resseguros S.A.

Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

4.3 Gestão de risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP e pela SUSEP. A estratégia e o modelo utilizado pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Companhia por meio da otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia.

Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e pela SUSEP; (ii) apoiar ou melhorar o *rating* de crédito da Companhia através do tempo e estratégia de gestão de risco; e (iii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Durante o período de balanço, a Companhia não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

4.3.1 Capital adicional embasado no risco de subscrição das sociedades seguradoras

A SUSEP divulgou as Resoluções CNSP nºs 155 e 158 (alterada pela Circular SUSEP nº 411/2010), em 26 de dezembro de 2006, que instituíram as regras de alocação de capital de riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à possível insuficiência de capital para as seguradoras, com vigência a partir de janeiro de 2008.

Em dezembro de 2007, a SUSEP editou a Resolução nº 178, do CNSP, e a Circular SUSEP nº 355 revogando a Resolução nº 158, o que aumenta o prazo de adequação do capital mínimo de três para quatro anos.

Em 6 de dezembro de 2010 foi editada a Resolução CNSP nº 228 que instituiu o capital adicional baseado no risco de crédito.

Considerar-se-ão, para efeitos das Resoluções citadas, os conceitos a seguir:

- Capital Mínimo Requerido: montante de capital que uma seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantir suas operações e que deve ser equivalente à soma do Capital Base com o Capital Adicional (Risco de subscrição e Risco de crédito).

- Capital Base: montante fixo de capital que uma sociedade seguradora deverá manter a qualquer tempo. O Capital Base para garantia das operações das seguradoras em todo País é de R$ 15.000.

- Capital Adicional: montante variável de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à sua operação.

4.4 Resumo do relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito. Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia. Em razão disto, a Administração promove sua revisão anual, bem como de suas políticas, ou em periodicidade inferior se eventos extraordinários ou conjunturas adversas assim o exigirem.

O relatório completo descrevendo a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no sitio da Corporação Porto Seguro (www.portoseguro.com.br/investimentos), em "Relatório de Gerenciamento de Risco".

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Caixa e bancos	6.515	4.969	5.797
Equivalente de Caixa (*)	182.011	104.679	115.748
	188.526	109.648	121.545

(*) Compreendem quotas de fundos com carteira de LFT e LTN compromissadas.

6 Ativos financeiros

6.1 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *(impairment),* esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O IFRS 7 requer a divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo com base na seguinte hierarquia:

- Nivel 1: preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado e a sociedade utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

O valor de mercado dos títulos públicos foi embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços e os títulos públicos referente à Seguradora Líder são valorizados pelo PU 550 do SELIC, divulgado diariamente pelo BACEN.

As quotas de fundos de investimentos foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

Os títulos privados são valorizados a mercado através da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos contidos nas carteiras.

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo (como instrumentos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado em preços cotados em mercado na data de balanço. O preço cotado usado para ativos financeiros mantido pela Companhia é o preço de negociação atual. Estes instrumentos são incluídos em nível 1.

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado aplicando técnicas de valorização. A Companhia aplica uma variedade de metodologias e premissas com base em condições de mercado vigentes na data de balanço.

A Companhia usa preços de mercado cotados para instrumentos similares a fim de estimar o valor justo para dívida de longo prazo para fins de divulgação. Outras técnicas, como fluxos de caixa estimados descontados, são aplicadas para determinar o valor justo de instrumentos financeiros remanescentes.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo:

6.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Controladora					
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Quotas de fundos de investimentos	55.598		55.598	32.626		32.626
Fundos retidos - IRB	129		129	128		128
	55.727		55.727	32.754		32.754
Fundos exclusivos						
Títulos de renda fixa						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	29.824		29.824	52.324		52.324
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	229.045		229.045	301.776		301.776
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B	94.151		94.151	8.085		8.085
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C	5.247		5.247			
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série F	8.207		8.207	72.227		72.227
Títulos privados		32.780	32.780		8.396	8.396
Títulos de renda variável						
Ações de companhias abertas	339		339	1.291		1.291
	366.813	32.780	399.593	435.703	8.396	444.099
Carteira própria						
Títulos de renda fixa						
Títulos privados		51.105	51.105			
	422.540	83.885	506.425	468.457	8.396	476.853

	Controladora		
	1º de janeiro 2010		
	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos			
Quotas de fundos de investimentos			
Fundos retidos - IRB	125		125
	125		125
Fundos exclusivos			
Títulos de renda fixa			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	60.834		60.834
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	166.818		166.818
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B	5.633		5.633
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C			
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série F	24.272		24.272
Títulos privados		9.174	9.174
Títulos de renda variável			
Ações de companhias abertas	1.255		1.255
	258.812	9.174	267.986
Carteira própria			
Títulos de renda fixa	43.480		43.480
Títulos privados	57.823		57.823
	360.240	9.174	369.414

6.1.2 Ativos financeiros disponíveis para a venda

	Controladora								
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010			1º de janeiro de 2010		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira própria									
Títulos de renda fixa									
Títulos privados (*)					29.461	29.461			
Total					29.461	29.461			
Não circulante					29.461	29.461			
Total de ativos financeiros	422.540	83.885	506.425	468.457	37.857	506.314	360.240	9.174	369.414
Circulante	422.540	83.885	506.425	468.457	8.396	476.853	360.240	9.174	369.414
Não circulante					29.461	29.461			

(*) Para melhor refletir a intenção da administração, os títulos de renda fixa privados foram reclassificados de "títulos disponíveis para venda" para "ativos ao valor justo por meio do resultado".

6.1.3 Movimentação das aplicações financeiras (*)

	Controladora	
	2011	2010
Saldo inicial	610.993	485.163
Aplicações	533.421	256.062
Resgates	(531.252)	(182.104)
Rendimento	75.274	51.872
Saldo final	688.436	610.993

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros disponíveis para a venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7 Créditos das operações com seguros

7.1 Prêmios a receber

	Controladora					
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóveis	194.565		194.565	219.323		219.323
Resp. Civil facultativa - RCF	60.099		60.099	45.919		45.919
Compreensivo empresarial	189		189	375		375
Compreensivo residencial	475		475	486		486
Vida em grupo	164	(164)		443	(140)	303
Resp. C. trans. rodov.carga	164	(164)		180	(180)	
Resp. Civil desvio de carga	15	(15)		82	(82)	
Demais ramos	2.939	(407)	2.532	2.861	(412)	2.449
	258.610	(750)	257.860	269.669	(814)	268.855

	Controladora		
	1º de janeiro de 2010		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóveis	141.599		141.599
Resp. Civil facultativa - RCF	42.613		42.613
Compreensivo empresarial	392		392
Compreensivo residencial	408		408
Vida em grupo	479	(188)	291
Resp. C. trans. rodov.carga	179	(179)	
Resp. Civil desvio de carga	82	(82)	
Demais ramos	2.509	(414)	2.095
	188.261	(863)	187.398

7.1.1 Composição quanto ao prazo de vencimento

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
A vencer	247.557	260.921	180.838
Vencidos de 1 a 30 dias	9.881	7.483	6.218
Vencidos 31 a 60 dias	155	225	153
Vencidos 61 a 120 dias	154	159	108
Vencidos acima de 365 dias	863	881	944
	258.610	269.669	188.261
Redução ao valor recuperável	(750)	(814)	(863)
	257.860	268.855	187.398

Do número total de apólices emitidas em 2011, 74% foram parceladas em até 4 meses. (73% em 2010).

7.1.2 Movimentação

A tabela a seguir apresenta a movimentação dos saldos da conta de prêmios a receber

	Controladora	
	2011	2010
Saldo inicial	269.669	188.261
Emissões	1.337.000	1.213.496
Recebimentos	(1.284.927)	(1.080.753)
Cancelamentos	(63.132)	(51.335)
Saldo final	258.610	269.669

7.1.3 Redução ao valor recuperável

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	Controladora	
	2011	2010
Saldo inicial	(814)	(863)
Provisões	(62)	(34)
Reversão	126	83
Saldo final	(750)	(814)

As perdas para redução ao valor recuperável foram registradas na conta "outras despesas operacionais" no resultado do exercício. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados *(write-off)* quando não há mais expectativa da Administração para recuperação dos prêmios a receber.

7.2 Outros créditos operacionais

São representados, principalmente, por prêmios de serviço de assistência a vidros, faróis e lanternas e retrovisores.

8 Títulos e créditos a receber

8.1 Títulos e créditos a receber

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Circulante			
Aluguéis a receber	330	210	40
Direito resultante na venda de imóveis	30	530	530
Outros	29	197	127
	389	937	697
Não circulante			
Créditos a receber	2.678	2.949	5.409
Provisão para riscos de créditos	(2.469)	(2.736)	(3.040)
	209	213	2.369

8.2 Créditos tributários e previdenciários

Impostos a recuperar

		Controladora		
		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Circulante				
Antecipação imposto de renda		31.736	50.084	27.359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(i)	4.058	4.716	2.791
		35.794	54.800	30.150
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(i)	22.617	22.163	19.689
Outros (ii)		10.373	9.146	2.137
		32.990	31.309	21.826

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias que podem ser assim resumidas:

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
ProvProvisão para obrigações legais - COFINS (*)	2.136	2.136	2.136
ProvProvisão para obrigações legais - PIS (*)	1.582	1.582	1.848
ProvProvisão para obrigações legais -INSS (*)	5.087	4.838	4.654
ProvProvisão para obrigações legais - Outras (**)	17.870	18.323	13.842
	26.675	26.879	22.480

(ii) Refere-se, principalmente, ao PIS e COFINS diferidos sobre os sinistros provisionados e não liquidados.

(*) Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor. A administração com base em suas projeções de resultado e entre outros fatores estima a capacidade de realização, conforme as seguintes premissas:

(a) Provisão para obrigações legais: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões tributárias, cuja estimativa de realização depende do desfecho da ação.

(b) Provisão para riscos de crédito: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, após esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.

(c) Provisão para passivos contingentes: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões trabalhistas, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

(**) Referem-se, principalmente, às provisões constituídas para riscos de crédito, processos trabalhistas e contingências cíveis.

8.2.1 Movimentação

	Controladora	
	2011	**2010**
Saldo inicial	86.109	51.976
Constituições	33.341	61.423
Reversões	(50.666)	(27.290)
Saldo final	68.784	86.109

8.2.2 Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2011	**2010**
Lucro antes da despesa do IRPJ e da CSLL, líquido de participações	92.751	140.035
Alíquota vigente	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(37.100)	(56.014)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes		
Impostos sobre dividendos recebidos	294	204
Juros sobre capital próprio	6.400	4.320
Imposto sobre participação no resultado dos administradores	(2.252)	(2.381)
Outros	(991)	(1.541)
Incentivo Lei Rouanet	733	770
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias	(32)	1.806
Despesa contabilizada de IRPJ e CSLL	(32.948)	(52.836)

8.3 Depósitos judiciais

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Sinistros	5.386	7.747	1.818
Imposto de renda pessoa jurídica	1.995	2.189	1.774
Programa de Integração Social - PIS	932	851	851
Outros	2.618	858	1.120
	10.931	11.645	5.563

8.4 Outros créditos

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Circulante			
Adiantamentos a funcionários	364	414	395
Adiantamentos administrativos	4	6	10
	368	420	405
Não circulante			
CRMS - Consórcio para regularização do mercado segurador	1.685	1.653	1.403
Provisão para riscos de créditos	(351)	(327)	(303)
	1.334	1.326	1.100

9 Outros valores e bens

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Bens destinados à venda			
Salvados (9.1)	36.108	21.037	16.186
Outros valores			
Almoxarifado	78	629	240
	36.186	21.666	16.426

9.1 Bens a venda - salvados

Composição quanto aos prazos de permanência:

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Permanência até 30 dias	11.954	9.499	4.983
Permanência de 31 a 60 dias	9.361	4.861	3.866
Permanência de 61 a 120 dias	7.496	3.089	3.478
Permanência de 121 a 365 dias	5.560	2.517	3.091
Permanência a mais de 365 dias	1.737	1.071	768
	36.108	21.037	16.186

Os bens a venda - salvados da Companhia são compostos, principalmente, do ramo de automóveis.

10 Custo de aquisição diferido (DAC)

Os custos de aquisição diferidos referem-se à despesa de comercialização a diferir e apresentam a seguinte composição:

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Automóvel	94.581	90.446	65.972
Patrimonial	706	831	821
Outros	11	14	16
	95.298	91.291	66.809

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses. O DAC é considerado no teste de adequação dos passivos de seguros segundo o IFRS 4 (vide política contábil 2.11).

10.1 Movimentação

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Saldo inicial	91.291	66.807
Reversão	(204.899)	(207.407)
Provisões	208.906	231.891
Saldo final	95.298	91.291

11 Participações societárias

Referem-se, principalmente, as participações societárias no IRB - Brasil Resseguros.

12 Propriedades imobiliárias de investimento

A Companhia detém certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos classificados como contratos de leasing operacional, segundo o IAS 17. A Companhia utiliza o modelo de custo depreciado ("cost model", segundo o IAS 40) para avaliar esses ativos. As tabelas apresentadas a seguir demonstram a movimentação do valor contábil desses ativos e de outras informações financeiras relevantes para os ativos imobiliários de investimento:

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Saldo no início do exercício	9.010	9.194	10.174
Baixas			(773)
Depreciação	(129)	(184)	(207)
Propriedades de investimento no final do exercício	8.881	9.010	9.194
Custo	9.785	12.066	12.066
Depreciação acumulada	(904)	(3.056)	(2.872)
Receitas de aluguel - propriedades de investimento	2.822	2.393	2.306
Outras receitas de aluguel	25	31	19
	2.847	2.424	2.325
Despesas operacionais (*)	151	328	258

(*) Despesas operacionais diretas, reparos e manutenção dos ativos durante o período para ativos que geraram receita de aluguel durante o período.

Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear, utilizando-se uma taxa anual de depreciação de 2,64%. A maioria dos contratos de aluguel tem opção de renovação por quatro anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

Dada a proximidade da reavaliação efetuada comparada à data dessas divulgações, entendemos que o valor justo desses bens não difeririam de forma significativa dos valores adotados como custo atribuído.

Os ativos imobiliários de investimento foram reavaliados por reavaliadores externos independentes e qualificados em 15 de janeiro de 2007. As reavaliações foram feitas com base em preços dos ativos em um mercado ativo para todos os imóveis. Quando os preços de mercado não estavam disponíveis, os reavaliadores independentes utilizaram projeções de fluxos de caixa descontados. O valor de reavaliação foi utilizado como custo atribuído para a adoção do IFRS 1.

A tabela a seguir apresenta o total dos recebimentos mínimos de aluguéis futuros para esses contratos:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Em até um ano	2.910	2.188
Entre um a cinco anos	7.752	3.846
	10.662	6.034

13 Imobilizado

	Controladora								
		Movimentações				2011			
	Saldo residual em dezembro de 2010	Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros / transferência	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Terrenos (i)	1.657					1.657		1.657	
Edificações (ii)	6.669	101		(318)	7.649	14.774	(673)	14.101	2,0
Imóveis de uso	8.326	101		(318)	7.649	16.431	(673)	15.758	
Informática	2.251	1.021	(5)	(1.166)	85	5.909	(3.723)	2.186	25
Equipamentos	412	201	(4)	(359)	1.195	2.181	(736)	1.445	10,0
Móveis máq. e utensílios	1.908	126	(1)	(295)	858	3.187	(591)	2.596	10,0
Veículos	82	61	(40)	(24)		138	(59)	79	20,0
Rastreadores	8.036	4.663		(6.550)		15.175	(9.026)	6.149	33,3
Bens móveis de uso	12.689	6.072	(50)	(8.394)	2.138	26.590	(14.135)	12.455	
Obras em andamentos	9.938		(111)		(9.827)				
Outras imobilizações	819	101	(3)	(144)		1.487	(714)	773	
Outras imobilizações	10.757	101	(114)	(144)	(9.827)	1.487	(714)	773	
	31.772	6.274	(164)	(8.856)	(40)	44.508	(15.522)	28.986	

(i) Este item não é depreciado.
(ii) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

O ativo imobilizado e ativo intangível com vida útil definida são avaliados quanto à evidência objetiva de perda a cada data de fechamento de exercício, decorrente de fatores internos ou externos ao negócio da Companhia, conforme premissas do IAS 36.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGC) da Companhia é determinado com base no cálculo do valor em uso. As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios onde a Administração identifica fluxos de caixa específicos segundo essa distribuição. A Companhia utiliza projeções de fluxo de caixa antes dos efeitos dos impostos estimadas com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração e utilizando um horizonte máximo de 05 anos para estas projeções. A Companhia não utiliza projeções de crescimento que excedam as taxas de crescimento dos negócios de seguros no Brasil e nos segmentos de atuação dos negócios. A Companhia não identificou evidências objetivas de *impairment* durante os testes executados em dezembro de 2011, e diante disso não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

14 Intangível

	Controladora						
		2011					
	Saldo residual em 31 de dezembro de 2010	Aquisições/ adições	Despesa amortização	Custo	Amortização acumulada	Saldo residual em dezembro de 2011	Taxas anuais amortização (%)
Softwares	220	49	(92)	740	(563)	177	20
Marcas e patentes	380			380		380	
	600	49	(92)	1.120	(563)	557	20

15 Contas a pagar

15.1 Obrigações a pagar - circulante

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Fornecedores (*)	516	4.548	34
Participações nos lucros a pagar	10.066	12.095	7.890
Dividendos a pagar	727	11.701	2.555
Cheques emitidos e não compensados	3.039	5.112	9.406
Serviços de assistência	10.590	9.626	7.404
Outras obrigações a pagar	1.040	2.007	2.372
	25.978	45.089	29.661

(*) Refere-se principalmente a obras em andamento em 2010.

15.2 Impostos e encargos sociais a recolher - circulante

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Imposto sobre operações financeiras - IOF	17.728	18.205	12.893
Contribuições previdenciárias e para o FGTS	1.195	1.189	886
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.062	896	527
Imposto sobre serviços - ISS	752	788	404
Outros impostos e encargos sociais	1.117	1.323	1.010
	21.854	22.401	15.720

15.3 Encargos trabalhistas - controladora

Correspondem à provisão de férias e respectivos encargos sociais, no montante de R$ 1.826 (2010 - R$ 1.650).

15.4 Impostos e contribuições - circulante

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
IRPJ	19.363	34.479	21.696
CSLL	11.372	20.255	9.286
PIS	280	297	194
COFINS	1.721	1.828	1.194
Outros impostos	3	69	42
	32.739	56.928	32.412

15.5 Outras contas a pagar - controladora

Referem-se a cheques emitidos ainda não compensados.

15.6 Tributos diferidos

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Natureza			
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização futura da reserva de reavaliação	3.343	2.805	2.625
IRPJ e CSLL sobre PIS e COFINS diferidos (*)	3.653	2.548	
	6.996	5.353	2.625

(*) Refere-se, principalmente, ao IRPJ e CSLL diferidos referente ao PIS e COFINS diferidos sobre os sinistros provisionados e não liquidados.

15.6.1 Movimentação

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Saldo inicial	5.353	2.625
Constituições	2.350	2.872
Reversões	(707)	(144)
Saldo final	6.996	5.353

16 Débitos de operações com seguros e resseguros - controladora

16.1 Corretores de seguros e resseguros

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

17 Depósitos de terceiros - controladora

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimento de prêmios de seguros fracionados em processamento. A tabela a seguir demonstra o prazo em que os valores permanecem nessas contas:

	31 de dezembro de 2011				
	De 1 a 30 dias	**De 3 a 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**
Cobrança antecipada de prêmios	204	50	65	91	410
Prêmios e emolumentos recebidos	2.888				2.888
	3.092	50	65	91	3.298

	31 de dezembro de 2010				
	De 1 a 30 dias	**De 3 a 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**
Cobrança antecipada de prêmios	322	47	79	223	671
Prêmios e emolumentos recebidos	3.732				3.732
	4.054	47	79	223	4.403

	1º de janeiro de 2010				
	De 1 a 30 dias	**De 3 a 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**
Cobrança antecipada de prêmios	322	47	79	223	671
Prêmios e emolumentos recebidos	3.732				3.732
	4.054	47	79	223	4.403

18 Provisões técnicas - seguro (Controladora)

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010		1º de janeiro de 2011	
	Bruto de resseguro	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Danos (18.1)	724.339	722.901	666.903	662.514	515.104	513.887
Pessoas (18.2)	4.380	4.380	4.348	4.348	4.168	4.168
	728.719	727.281	671.251	666.862	519.272	518.055

18.1 Danos

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010		1º de janeiro de 2010	
	Bruto de resseguro	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Provisão de prêmios não ganhos	528.858	528.815	512.755	512.702	382.648	382.648
Sinistros e benefícios a liquidar	171.341	169.993	143.210	138.875	123.946	122.729
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	22.008	21.961	7.667	7.667	5.506	5.506
Outras Provisões	2.132	2.132	3.271	3.270	3.004	3.004
	724.339	722.901	666.903	662.514	515.104	513.887

18.2 Pessoas

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010		1º de janeiro de 2010	
	Bruto de resseguro	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Provisão de prêmios não ganhos			42	42	47	47
Sinistros e benefícios a liquidar	4.200	4.200	4.276	4.276	4.098	4.098
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	180	180	30	30	23	23
	4.380	4.380	4.348	4.348	4.168	4.168

18.3 Garantia das provisões técnicas

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**1º de janeiro de 2010**
Danos	724.339	666.903	515.104
Pessoas	4.380	4.348	4.168
Total das provisões técnicas	728.719	671.251	519.272
Operações com resseguradoras	(1.438)	(4.389)	(4.591)
Fundos e reservas retidos pelo IRB	(129)	(127)	(125)
Direitos creditórios (*)	(206.055)	(216.606)	(155.830)
Depositos judiciais	(644)	(2.547)	(1.819)
Montante a ser garantido	520.453	447.582	356.907
Certificados de depósitos bancários - CDBs	47.292	29.461	57.823
Quotas de fundos de investimento	637.203	581.405	383.734
Títulos de renda fixa públicos			43.480
DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial	3.812		
Garantias das provisões técnicas	688.307	610.866	485.037

(*) Montante correspondente às parcelas a vencer componentes dos prêmios a receber e de apólices de riscos a decorrer.

18.4 Movimentação de saldos patrimoniais de contratos de seguro e resseguro

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro:

	Passivo de contratos de seguros	Ativos de contratos de Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2009	518.054	65
Novos contratos emitidos e sinistros avisados	1.402.139	4.143
Riscos expirados	(709.705)	(2.909)
Pagamentos e recebimentos	(539.237)	(823)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	671.251	476
Novos contratos emitidos e sinistros avisados	815.377	1.861
Riscos expirados	(424.041)	(1.635)
Pagamentos e recebimentos	(353.928)	(237)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	708.659	465

18.5 Desenvolvimento de provisões

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros da Companhia, denominada de tábua de desenvolvimento de sinistros:

Em milhões de reais

	Provisões para sinistros - bruto de resseguro (i)					
	2006	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Provisões para sinistros no fim do exercício anterior	77.8	88.5	101.1	116.7	88.4	121.6
Sinistros avisados	155.8	218.7	336.5	422.9	572.9	766.7
Exercício atual	148.6	212.0	333.5	405.8	551.3	751.8
Exercícios anteriores	7.2	6.7	3.0	17.1	21.6	14.9
Pagamentos	145.1	206.1	320.9	451.2	539.7	729.6
Exercício atual	122.9	180.6	284.4	387.9	478.9	637.2
Exercícios anteriores	22.2	25.5	36.5	63.3	60.8	92.4
Provisões para sinistros no fim do exercício	88.5	101.1	116.7	88.4	121.6	158.7

Em milhões de reais

	Provisões para sinistros - bruto de resseguro (i)					
	2006	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Provisões para sinistros no fim do exercício anterior	74.8	84.9	97.5	114.2	83.9	116.8
Sinistros avisados	153.9	218.7	337.5	421.0	569.6	758.2
Exercício atual	146.7	211.6	334.6	404.0	548.2	754.0
Exercícios anteriores	7.2	7.1	2.9	17.0	21.4	4.2
Pagamentos	143.8	206.1	320.8	451.3	536.7	716.4
Exercício atual	122.6	180.7	284.4	387.9	476.5	624.4
Exercícios anteriores	21.2	25.4	36.4	63.4	60.2	92.0
Provisões para sinistros no fim do exercício	84.9	97.5	114.2	83.9	116.8	158.6

(i) Não inclui DPVAT e retrocessão.

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. A linha "sobra (falta) cumulativa" reflete a diferença entre o último valor da provisão reestimada e o valor da provisão estabelecida originalmente. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia.

Em milhões de reais

	Provisão e pagamentos bruto de resseguro						
	2005	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Provisões para sinistros							
Valor cumulativo e pago até	77.8	88.5	101.1	116.7	88.4	121.6	158.7
Um ano mais tarde	22.3	30.0	36.5	63.4	60.8	92.4	
Dois anos mais tarde	27.1	34.9	40.7	68.3	69.7		
Três anos mais tarde	31.0	38.1	44.4	75.3			
Quatro anos mais tarde	33.8	41.4	50.1				
Cinco anos mais tarde	36.6	46.8					
Seis anos mais tarde	41.8						
Provisões re-estimadas							
Um ano mais tarde	35.6	32.3	25.2	28.4	35.2	30.1	
Dois anos mais tarde	32.3	20.5	23.1	31.3	25.6		
Três anos mais tarde	22.1	19.0	25.4	20.6			
Quatro anos mais tarde	21.0	21.0	17.2				
Cinco anos mais tarde	23.1	15.1					
Seis anos mais tarde	13.6						
Sobra (falta) cumulativa	22.4	26.6	33.7	20.8	(6.9)	(0.9)	158.7

Em milhões de reais

	Provisões e pagamentos - líquido de resseguro						
	2005	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Provisões para sinistros							
Valor cumulativo e pago até	74.8	84.9	97.5	114.2	83.9	116.8	158.6
Um ano mais tarde	22.3	30.0	36.5	63.4	60.2	92.0	
Dois anos mais tarde	27.1	34.9	40.7	67.8	68.8		
Três anos mais tarde	31.0	38.1	43.8	74.4			
Quatro anos mais tarde	33.8	40.8	49.2				
Cinco anos mais tarde	36.0	45.8					
Seis anos mais tarde	40.9						
Provisões re-estimadas							
Um ano mais tarde	33.3	33.6	25.1	26.0	31.5	28.9	
Dois anos mais tarde	30.0	21.7	23.0	25.3	24.4		
Três anos mais tarde	19.8	20.3	21.6	19.4			
Quatro anos mais tarde	18.7	18.6	16.1				
Cinco anos mais tarde	17.1	14.0					
Seis anos mais tarde	12.5						
Sobra (falta) cumulativa	21.4	25.1	32.3	20.3	(9.3)	(4.1)	158.6

18.6 Sinistros judiciais

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	31 de dezembro de 2011		**31 de dezembro de 2010**	
	Bruto de resseguro	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Saldo inicial	36.059	32.530	30.880	26.813
Total pago no período	(2.730)	(2.358)	(2.615)	(2.062)
Novas constituições no período	13.289	13.289	12.880	12.454
Baixas da provisão por êxito	(3.470)	(1.462)	(596)	(596)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(12.634)	(12.448)	(4.655)	(4.227)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	164	108	165	148
Saldo final (i)	30.678	29.659	36.059	32.530
Quantidade de processos (unidades)	1.370	1.370	1.240	1.240

(i) Não incluem saldos de DPVAT.

18.7 Prazo médio pendente de pagamento

A tabela a seguir demonstra o prazo médio de pagamento dos processos judiciais decorrentes de sinistros:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Até 30 dias		2
31 a 60 dias		
61 a 120 dias	31	14
121 a 180 dias	141	91
181 a365 dias	1.336	1.454
Acima de 365	28.151	30.969
	29.659	32.530

19 Previdência complementar

De acordo com a Lei Complementar nº 109/01, as seguradoras não podem operar com previdência complementar, devendo constituir uma sociedade independente. No primeiro semestre de 2003, a Companhia transferiu parte de sua carteira para outras entidades no mercado. Para o montante referente ao "Plano Auxiliar Previdência", comercializado anteriormente pela Auxiliar Seguradora S.A. (empresa incorporada com denominação de Rio Branco Seguradora S.A.), a Companhia mantém na rubrica "Provisão de benefícios a regularizar" a parcela referente aos participantes que ainda não se pronunciaram com relação ao resgate total do citado plano de previdência, após a publicação de convocação em jornal de grande circulação.

20 Outros débitos - provisões judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	Controladora		
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Obrigações fiscais (a)	66.949	64.580	64.052
Contingências trabalhistas (b)	6.497	8.143	7.064
Contingências cíveis (c)	9.441	8.568	6.060
	82.887	81.291	77.176
(-) Depósitos judiciais	(72.507)	(68.018)	(65.336)
Provisão líquida	10.380	13.273	11.840

(i) As movimentações das provisões são como seguem:

	Controladora					
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**
Saldo inicial	64.580	8.143	8.568	64.052	7.064	6.060
Constituições	1.022	522	10.573	1.886	1.421	3.232
Reversões	(850)	(2.168)	(9.700)	(2.628)	(342)	(724)
Atualização monetária	2.197			1.270		
Saldo final	66.949	6.497	9.441	64.580	8.143	8.568
(-) Depósitos judiciais	(63.720)	(4.898)	(3.889)	(62.151)	(5.867)	
Provisão líquida	3.229	1.599	5.552	2.429	2.276	8.568
Quantidade de processos (unidade)	52	65	511	61	95	536

(ii) O detalhamento das provisões judiciais por probabilidade de perda, em 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

	Obrigações fiscais		Provisões trabalhistas		Provisões cíveis	
	Valor envolvido	**Valor provisionado**	**Valor envolvido**	**Valor provisionado**	**Valor envolvido**	**Valor provisionado**
Perdas prováveis	2.210	2.210	6.497	6.497	9.441	9.441
Perdas possíveis	59.588	59.588	96		3.593	
Perdas remotas	5.151	5.151	354		572	
	66.949	66.949	6.947	6.497	13.606	9.441

(a) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Composição por natureza

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
COFINS	11.203	11.067	11.012
PIS	6.654	6.601	8.706
CSLL	4.453	4.418	4.390
INSS - autônomos	27.668	26.876	25.791
Compensação Prejuízo Fiscal base IR	1.956	1.858	1.774
CSLL - diferença de alíquota de 9% para 15%	8.053	7.342	6.739
Outras	6.962	6.418	5.640
Total de contingências fiscais	66.949	64.580	64.052

COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 3%, à partir de fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceituou faturamento como equivalente à receita bruta.

PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais - EC nºs 01/94, 10/96 e 17/97 e da Lei nº 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional.

Instituto Nacional da Previdência Social - INSS autônomos

A Companhia discute judicialmente os valores relativos à contribuição previdenciária, requerendo a suspensão da exigibilidade da referida contribuição incidente sobre as remunerações dos autônomos, empresários e avulsos, nos termos da Lei nº 9.876/99, por entender ser indevido o adicional de 2,5% exigido somente para as instituições financeiras e seguradoras. Com o advento da Lei nº 11.941/2009, em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento com os benefícios previstos no programa, em relação à tese do recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre os valores pagos aos corretores de seguros, prosseguindo-se a discussão em relação ao adicional de 2,5%.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (dedutibilidade da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ)

A incorporada Motor Union questiona a legalidade e a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, que proibiu a dedução da despesa da CSLL para a formação da base de cálculo do IRPJ.

CSLL - diferença de alíquota de 9% para 15%

A Companhia questiona a legalidade e a constitucionalidade da Medida Provisória nº 413/08, que majorou a alíquota da contribuição social das instituições financeiras e seguradoras de 9% para 15%.

Com o advento da Lei nº 11.941/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos, em novembro de 2009, e atualmente, aguarda o levantamento de parte dos depósitos judiciais, com os benefícios previstos no programa.

CSLL (diferencial de alíquota)

A Companhia propôs ação visando discutir o direito de calcular a CSLL com base na alíquota prevista no "caput" do artigo 19 da Lei nº 9.249/95, e não sobre a alíquota imposta pela Emenda Constitucional nº 10/96.

CSLL

A sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A sociedade recorreu e obteve decisão reconhecendo a decadência em relação aos anos de 1992, 1993 e 1994 e extinguindo a multa isolada incidente no ano-calendário de 1997.

(b) Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista, e os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras e descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. Os depósitos judiciais totalizaram o montante de R$ 4.898 (2010 - R$ 5.867).

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes no montante de R$ 450 para os quais, com base na avaliação dos advogados (perda possível), não há constituição de provisão.

(c) Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos de natureza cível, cujas causas dos pedidos nelas formulados não possuem lastro em contrato vigente entre a Companhia e o Autor da ação, onde não existe relação contratual entre as partes que constitua obrigação contratual para a Seguradora.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, não registrados contabilmente, no montante em riscos de R$ 4.165 para os quais, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos as perdas são consideradas possíveis, não há constituição de provisão.

21 Patrimônio líquido - Controladora

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social de R$ 150.000 é representado por 17.990.140 ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal.

(b) Reservas

(i) Reserva de reavaliação

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no montante de R$ 97 (2010 - R$ 94). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(ii) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(iii) Reserva estatutária

A Reserva para Manutenção de Participações Societárias tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social e a participação da companhia em suas controladas e coligadas, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa Reserva, em cada exercício, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado à Reserva de Lucros a Realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/76.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre o capital próprio - JCP é inserido como parte do dividendo obrigatório.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões da Diretoria realizadas em 26 de outubro e 23 de dezembro de 2011, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 16.000 (2010 - R$ 10.800), líquidos de imposto de renda. O JCP imputa-se ao valor de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	2011	2010	
Lucro líquido do exercício (em IFRS)	59.803	87.199	
Ajustes IFRS	(72)	215	
(-) Reserva legal - 5%	2.990	4.360	
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	384		
(+) Realização da reserva de reavaliação (BR GAAP)	96	94	
Lucro básico para determinação do dividendo	56,525	82.933	
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	14.131	20.733	
Juros sobre o capital próprio propostos (líquido do IR)	13.600	9.180	(i)
Dividendos propostos	531	11.553	
	14.131	20.733	

(i) Em 31 de outubro e 29 de dezembro de 2011 foram creditados aos acionistas JCP no montante de R$ 13.600 (2010 - R$ 9.180), líquido de imposto de renda.

22 Variações das provisões técnicas

As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	2011		2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(21.405)	(21.405)	(123.155)	(123.155)
Riscos vigentes não emitidos	5.344	5.344	(6.948)	(6.948)
Outras provisões	1.122	1.122	(172)	(172)
	(14.939)	(14.939)	(130.275)	(130.275)

23 Prêmios ganhos

Os valores dos prêmios ganhos nos principais ramos de atuação estão assim compostos:

	2011	2010
Automóveis	787.149	644.584
Resp. civil facultativa	172.625	161.395
Compreensivo empresarial	2.318	1.640
DPVAT	44.150	40.243
Vida em grupo	1.539	3.382
Compreensivo residencial	2.619	2.308
Compreensivo condomínio	17	148
Demais ramos	44.230	7.981
	1.054.647	861.681

24 Sinistros ocorridos

	2011		2010	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Automóveis	646.112	82,1	460.256	71,4
Resp. civil facultativa	132.607	76,8	100.349	62,2
Compreensivo empresarial	316	13,6	595	36,3
DPVAT	38.416	87,0	34.979	86,9
Vida em grupo	1.509	98,1	2.228	65,9
Compreensivo residencial	631	24,1	573	24,8
Compreensivo condomínio	41	241,2	251	169,6
Demais ramos	635	1,4	30	0,4
	820.267	77,8	599.261	69,5

25 Custos de aquisição

A amortização dos custos de aquisição diferidos (DAC) é demonstrada a seguir:

	2011		2010	
	Custos de aquisição	Índice de comissiona-mento	Custos de aquisição	Índice de comissiona-mento
Automóveis	168.488	21,4	137.884	21,4
Resp. civil facultativa	32.445	18,8	29.388	18,2
Compreensivo empresarial	584	25,2	775	47,3
DPVAT	643	1,5	574	1,4
Vida em grupo	450	29,2	949	28,1
Compreensivo residencial	1.113	42,5	978	42,4
Compreensivo condomínio	3	17,6	47	31,8
Demais ramos	8.980	20,3	2.120	26,6
	212.706	20,2	172.715	20,0

26 Outras receitas e despesas operacionais

	2011	2010
Consórcio DPVAT	2.843	2.650
Custo de serviços	43.322	28.324
Outras	1.453	1.914
Total de outras receitas	47.618	32.888
Despesas com cobrança	(3.998)	(2.924)
Comissão sobre custo de apólices	(19.268)	(10.405)
Despesas administração apólices	(8.496)	(5.504)
Encargos sociais de operações com seguros	(4.912)	(4.506)
Prevenção de riscos	(20.607)	(16.177)
Convênio DPVAT	(2.570)	(2.474)
Contingências cíveis	(2.318)	(2.987)
Remuneração sobre cobrança assistência	(11.679)	(9.696)
Outras	(6.089)	(7.831)
Total de outras despesas	(79.937)	(62.504)
Outras receitas e despesas operacionais	(32.319)	(29.616)

27 Despesas administrativas

	2011	2010
Pessoal	(29.153)	(30.257)
Serviços de terceiros	(4.787)	(4.072)
Localização e funcionamento	(39.281)	(25.155)
Convênio DPVAT	(2.934)	(2.626)
Outras	(5.852)	(5.064)
	(82.007)	(67.174)

28 Despesas com tributos

	2011	2010
COFINS	(19.667)	(13.335)
PIS	(3.196)	(1.149)
Taxa de fiscalização	(2.283)	(1.855)
Outros	(263)	(852)
	(25.409)	(17.191)

29 Resultado financeiro

	2011	2010
Ganhos líquidos de variação de valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	75.274	48.270
Receita de juros de:		
Ativos financeiros disponíveis para a venda		3.102
Fracionamento de prêmios de operações de seguros	47.162	42.977
Variações monetárias dos depósitos judiciais	2.513	1.564
Outras	4.732	4.690
Total de receitas financeiras	129.681	100.603
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(1.611)	(1.212)
Operações de seguro	(4.852)	(2.848)
Variação monetária contingência cível	(180)	(97)
Outras	(658)	(1.058)
Total de despesas financeiras	(7.301)	(5.215)
Resultado financeiro	122.380	95.388

30 Benefícios a empregados

(a) Plano de previdência complementar

Em maio de 2007, a Companhia implantou um plano de previdência complementar para os empregados, na modalidade de contribuição definida, e administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência Complementar, entidade aberta de previdência complementar.

Nos termos do regulamento desse plano, os principais recursos são representados por contribuições de sua patrocinadora e participantes, bem como pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 2% e 8% do salário de cada participante e a contribuição da patrocinadora corresponde a 2% do salário fixo do participante.

Em 31 de dezembro de 2011, a patrocinadora contava com 139 (2010 - 136) participantes ativos, que efetuaram contribuições no total de R$ 194 (2010 - R$ 305).

(b) Benefício pós-emprego

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	2011	2010
Saldo inicial	1.069	
Custo do serviço corrente	362	1.069
Benefícios pagos	(13)	
Saldo final	1.418	1.069

Os valores de benefícios pós emprego reconhecidos na demonstração do resultado em 2011 foi de R$ 283.

As principais premissas atuariais usadas em 2011 e 2010 foram as seguintes:

Taxa de desconto	10,00%
Retorno esperado sobre os ativos do plano	10,00%
Aumentos salariais futuros	7,64%
Aumento dos custos médicos	8,68%
Taxa de inflação de longo prazo	4,50%
Taxa de variação anual da TR	4,55%
Capital segurado de vida (em reais)	29

(c) Outros benefícios

	2011	2010
Vale-alimentação e refeição	3.941	3.559
Assistência médica	1.947	2.318
Vale transporte	494	410
Instrução	344	359
Auxílio-creche	178	177
Planos de previdência privada	164	91
Seguros	402	381
Outros	242	201
	7.712	7.496

31 Transações com partes relacionadas

As operações comerciais entre a Companhia e as empresas do Conglomerado Porto Seguro são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são decorrentes, principalmente, de repasses de custos administrativos com localização e funcionamento.

(i) Passivo

	2011	2010
Passivo		
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	8.319	4.816
	8.319	4.816

(ii) Resultado

	2011		2010	
	Despesas	**Total**	**Despesas**	**Total**
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	81.495	81.495	48.193	48.193
	81.495	81.495	48.193	48.193

(iii) Remuneração do pessoal-chave da administração

Transações com pessoal-chave da administração, remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Honorários de diretoria e encargos	1.344	1.243
Participação nos lucros - administradores	6.645	9.557
	7.989	10.800

32 Outras informações

(a) Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que abrange, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros, em valores, é assim demonstrada:

Itens	Tipo de segurança	Importância segurada
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	36.684
Veículos	Responsabilidade civil facultativa	3.600

(b) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do conglomerado Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o conglomerado.

(c) Reconciliação das diferenças entre BR GAAP e IFRS

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Reconciliação do patrimônio líquido			
Patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP	319.949	277.553	214.627
Provisão Complementar de Prêmios (PCP)	1.225	1.345	986
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes de IFRS	(490)	(538)	(394)
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS	320.684	278.360	215.219

	2011	2010
Reconciliação do lucro líquido		
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	59.803	87.199
Ajustes para reconciliação do BR GAAP para IFRS		
Provisão Complementar de Prêmios (PCP)	(120)	359
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes de IFRS	48	(144)
Lucro líquido do exercício de acordo com o IFRS	59.731	87.414

(i) Provisão Complementar de Prêmios - PCP

De acordo com os aspectos regulatórios da SUSEP, a Provisão Complementar de Prêmio - PCP é constituída com o objetivo de complementar a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, em acordo com a legislação vigente. A estimativa desta provisão é feita por ramo, tem como base de cálculo as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. A Companhia apura o valor da provisão como a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG constituída.

Apesar de o IFRS 4 permitir a continuidade do uso de excesso de prudência na avaliação dos contratos de seguros na data de sua transição para IFRS, eventualmente existente em BR GAAP, de forma consistente, não é permitida segundo o IFRS, a constituição de provisões para possíveis sinistros oriundos de contratos que não estejam em vigência na data de encerramento de balanço ou provisões para equalização de riscos para contratos cujo risco já tenha sido expirado. Dessa forma, a referida provisão foi revertida para fins de IFRS.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais.

Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos calculados sobre os ajustes de IFRS foram refletidos na reconciliação.

* * *

MEMBROS DA DIRETORIA

Diretor Presidente – Jayme Brasil Garfinkel

Diretor Vice-Presidente Executivo – Fábio Luchetti

Diretor Vice-Presidente – Luiz Alberto Pomarole

Diretor Vice-Presidente – Manoel Sabino Neto

Diretor Geral – Roberto de Souza Santos

Diretor Administrativo e Financeiro – Sidney Maury Sentoma

Diretor Técnico – Fábio Ohara Morita

Diretor Jurídico – Lene Araújo de Lima

CONTADOR RESPONSÁVEL

Contador – Jorge de Oliveira Junior – Contador CRC RJ 068029/O-9

ATUÁRIO RESPONSÁVEL

Atuária – Karina Miyuki Honma Nita – Atuária MIBA nº 1086